



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

1        **ATA DA 1º REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS**

2

3        **AOS TREZE DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZESSEIS** no auditório da  
4        **Secretaria Estadual de Saúde**, em Palmas - TO, localizado na Praça dos Girassóis, deu-se  
5        início as quatorze horas e trinta minutos (14h30) em segunda chamada, constatando que existe  
6        quórum suficiente, a **1ª Reunião Ordinária de 2016 do Conselho Municipal de Saúde-CMS**.  
7        A reunião foi coordenada pelo Presidente do Conselho Municipal de Saúde, LEONEL DOS  
8        SANTOS VAZ, representante do segmento dos usuários, e assessorada pela secretária  
9        executiva do CMS GLEIDIANE RODRIGUES SILVA FONSECA. Estavam presentes os (as)  
10        conselheiros (as) municipais de saúde: **LEONEL DOS SANTOS VAZ, GIANCARLO**  
11        **MONTENOR QUAGLIRELLO, RAIMUNDA SIQUEIRA GALVÃO, JOÃO CARDOSO LIMA**  
12        **(UBALDO), MÚCIO BRECKENFELD, WHISLLAY MACIEL BASTOS, MARCOS ANTONIO**  
13        **SOARES, FAGNER ARAÚJO LUZ, ALESSANDRO FARIAS PANTOJA, ANDRE RIBEIRO,**  
14        **MISIA SALDANHA, ANA CRISTINA LINHARES GALVÃO, ANTONIO SARAIVA, RENATO**  
15        **SOUSA, LUIZ FERNANDO AMARAL NEINFE, JOSÉ MARCELINO VIANA, MÚCIO**  
16        **BRECKENFELD FERNANDES, HEBER OLIVEIRA, JOSEANE ARAÚJO FRANCO. E ainda**  
17        **presenças de profissionais da Secretaria Municipal de Saúde Juliana Ramos Bruno, Jetro**  
18        **Santos Martins, Silvania Teixeira, Marly Cristina Fernandes, Valmir Lucas Cavalcante,**  
19        Registra-se que justificaram ausência: **ALANA BARBOSA, WILMA MARIA GOMES, RENATA**  
20        **MOREIRA**. A pauta foi lida pelo conselheiro presidente e apreciada pelo pleno. Após isto, a  
21        pauta foi aprovada seguindo as discussões: O conselheiro LEONEL DOS SANTOS VAZ inicia a  
22        leitura da minuta de lei, como segue **Item 01: Justificativa dos conselheiros ausentes:**  
23        **Vilma, Alana, e Renata. ITEM 02: Ofícios/ memorandos/ convites recebidos. LEONEL DOS**  
24        **SANTOS VAZ** informou que não houve recebimento. **ITEM 03 – Alocação de Emendas**  
25        **Parlamentares junto ao Fundo Municipal de Saúde. WHISLLAY MACIEL BASTOS** fez  
26        esclarecimentos referentes a informações públicas em outdoor relativo às emendas  
27        parlamentares de políticos do Estado do Tocantins para a prefeitura de Palmas, traz para  
28        conhecimento do conselho das emendas parlamentares do Ministério da Saúde do deputado de  
29        Carlos Gaguim. Portarias 1907, 1831, 1832, 2026 aprovadas para diversos municípios nos  
30        valores de dois milhões e quatrocentos mil reais. Informou que existem mais de R\$ 8 milhões  
31        em propostas cadastradas no Ministério da Saúde através de emendas parlamentares a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

32 conhecimento da SEMUS. O deputado federal Carlos Gaguin se mostrou atuante na criação  
33 das emendas para o município. Desde agosto de 2015 foram apresentadas e cadastradas, mas  
34 a SEMUS não teve ainda acesso aos recursos, apesar das divulgações. As emendas  
35 geralmente, em sua maioria, são para aquisição de equipamentos. O referido deputado  
36 divulgou em outdoor que conseguiu R\$ 5 milhões para o município de Palmas, mas ainda não  
37 forma liberados. O ex-deputado estadual Ângelo Agnolin conseguiu aproximadamente R\$ 2  
38 milhões, mas ainda não foram pleiteadas. A senadora Kátia Abreu, conseguiu também e estão  
39 sendo pleiteadas aproximadamente R\$ 3.8 milhões, para: construção do CECEP, centro da  
40 saúde da mulher e centro de referências tropicais. Recurso esta na Caixa Econômica Federal.  
41 O ex-deputado federal Eduardo Gomes conseguiu também em emenda aproximadamente R\$  
42 400 mil reais. **ITEM 04 – Dívida do Fundo Nacional de Saúde e do Fundo Estadual de**  
43 **Saúde para com o Fundo Municipal de Saúde de Palmas/TO.** Whisllay Maciel Bastos  
44 informou que visitou o Ministério da Saúde para questionar sobre as dívidas no nível federal.  
45 Relatou ainda que o prefeito de Palmas Carlos Amastha se encontra em Brasília para discutir e  
46 solucionar essas questões. Informou que existem dívidas do Fundo Nacional de Saúde - FNS  
47 para com o Fundo Municipal de Saúde - FMS de Palmas e do Fundo Estadual de Saúde - FES  
48 para com o FMS de Palmas. Comunicou que está sendo construídas 06 unidades de saúde: 04  
49 unidades básicas de saúde (UBS), 01 CECEP e 01 CAPS AD III. Esclareceu que o Ministério  
50 da Saúde repassa o recurso em três parcelas: 1ª parcela corresponde a 20% do valor da obra,  
51 que é repassada quando o município apresenta o projeto e foi aprovado. Ele abre a licitação,  
52 começa a obra. A 2ª parcela que corresponde a 60% do valor quando o município apresenta a  
53 “ordem de início de serviço”, e a 3ª parcela que corresponde ao restante, quando a obra é  
54 concluída após a vistoria. Portanto, há construções como a UBS do setor Santo Amaro que foi  
55 finalizada e só foi repassado a 1ª parcela, aproximadamente, R\$ 100 mil, e a obra já foi  
56 concluída, com recursos municipais. Unidades do setor Sul e da 207 sul, os repasses estão em  
57 dia, mas as obras estão paralisadas devido à construtora ECB não dar continuidade, alegando  
58 que o município, uma outra secretaria tem débito com ela. A secretaria municipal de saúde  
59 questionou por que a obra da saúde tem que ser penalizada. A construtora foi notificada pela  
60 terceira vez, informou o conselheiro Whisllay. São aproximadamente R\$ 512 mil em dívidas. A  
61 Unidade da quadra 409 Norte, esta com 60% da obra concluída e só houve o repasse federal  
62 da 1ª parcela, aproximadamente R\$ 131 mil. O município investiu toda a sua contrapartida na



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

63 obra e infelizmente não tem como investir mais, caso a 2ª parcela não seja repassada a  
64 Unidade na quadra 1304 sul não será construída. O total em atraso pelo Ministério de Saúde  
65 totaliza R\$ 2.181.600,00, referente às obras. UPA Norte: Falta repassa de R\$ 506 mil. Jogos  
66 indígenas na ordem de R\$ 463 mil, mas já foi pago. Esclareceu que a SEMUS estar pleiteando  
67 mudar a classificação da UPA Norte de porte dois para porte três. Informou ainda que  
68 atualmente, a SEMUS gasta aproximadamente R\$ 800 mil por mês para mantê-la funcionando  
69 com um repasse federal de R\$ 170 mil. Com o porte três o repasse federal passa para R\$ 500  
70 mil. Relatou que atualmente no município existem três (3) NASFs, o serviço foi implantado e  
71 nunca o Ministério da Saúde repassou a sua correspondência, cerca de R\$ 720 mil. O FES não  
72 repassou para o FMS referente a UPA: Desde junho/13 – R\$ 9.625.000,00; SAMU: desde  
73 setembro/13 (há um intervalo pago) – R\$ 4.822.272,00; MAC Estadual para atender outros  
74 municípios (Palmas atender a outros municípios), como o Estado não tem honrado seus  
75 compromissos relativos aos pagamentos, o município parou de atender aos outros municípios  
76 desde abril de 2014. – R\$749.542,77; Assistência farmacêutica: Desde dezembro/13 – R\$  
77 1.188.663,11; CAPS AD III: Desde 2013, 2014 e 2015: R\$ 866.400,00; CAPS II: Desde 2013,  
78 2014 e 2015: R\$ 297.776,25; Medicamentos a saúde mental: desde 2013, 2014 e 2015: R\$  
79 305.250,00. Total: Mais de R\$ 17 milhões. O presidente Leonel dos Santos Vaz sugeriu que  
80 para resolver a questão do endividamento do estado para com a SEMUS de Palmas, o melhor  
81 caminho seria pela judicialização, e de alguma forma descontar em parcelas do Fundo de  
82 Participação dos Municípios - FPM, em seguida colocou a temática em discussão: Múcio  
83 Breckenfeld Fernandes esclareceu que todo acordo entre as partes, o judiciário sempre  
84 participará para dar veracidade e pleitear o cumprimento. Mísia Saldanha esclareceu a situação  
85 crítica que a SESAU-TO passa atualmente e esclareceu que da fonte de recursos nº 00 o  
86 secretário de Estado da Saúde possui autonomia apenas no percentual constitucional da ordem  
87 dos 12% e que a folha de pagamento consome 20% deste recurso. Esta havendo uma auditoria  
88 com a participação da Controladoria Geral do Estado na questão dos recursos humanos.  
89 Relatou que deve haver uma negociação, além do secretário e também com o governador. O  
90 Estado do Tocantins deve também aos outros municípios. Esclareceu que houve intenso  
91 debate no conselho estadual de saúde no ano de 2015, sugeriu que o conselho municipal  
92 converse também com o Conselho Estadual de Saúde (CES) para saber quais o andamento  
93 das informações. Orientou também verificar junto a Associação Tocantinense dos Municípios



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

94 (ATM) sobre a situação dos municípios e judicializações existentes. Joseane Araujo Franco  
95 sugeriu criar uma comissão para questionar os parlamentares sobre essa situação do  
96 endividamento do estado com relação ao Município de Palmas. Whisllay Maciel Bastos  
97 informou que participou de uma reunião no fim do ano na ATM com participação do Conselho  
98 de Secretários Municipais de Saude (COSEMS) para analisar a situação dos municípios com  
99 relação ao Estado. Informou que o Estado negociou pagar uma parcela e foi realizado o  
100 pagamento, exemplificou o município de Araguaína que judicializou, porém não recebeu o  
101 recurso. Esclareceu que Araguaina terá que esperar a justiça decidir para receber o repasse.  
102 Leonel dos Santos Vaz questionou o que os órgãos de fiscalização, Ministério Público Federal,  
103 Ministério Publico Estadual, Tribunal de Contas do Estado estão fazendo? Joseane Araújo  
104 Franco esclareceu ao presidente que é necessário provocar os órgãos de controle.  
105 Encaminhamento: Elaborar um ofício para os órgãos MPF, MPE e TCE mencionando o  
106 endividamento do Estado para com o município de Palmas. **ITEM 05 – Minuta de Instrução**  
107 **Normativa nº 001/2016 – Ponto Eletrônico WHISLLAY MACIEL BASTOS informou que a**  
108 SEMUS comprou os equipamentos de pontos eletrônicos e foram instalados em todas as  
109 unidades de saúde e na SEMUS. Esclareceu alguns pontos sobre a minuta de instrução  
110 normativa. Com relação aos agentes comunitários de saúde ACS da zona rural, irão continuar  
111 com a folha de frequência. ACS urbanos farão duas batidas (8h e as 14h), ACS semi urbanos  
112 farão uma batida (um período). Horários diferenciados serão pactuados com os diretores, não  
113 com os gerentes, as autorizações serão dadas pelos diretores. Os próximos 60 dias serão  
114 concomitantes entre o ponto eletrônico e o ponto convencional, adaptação. A carga horária  
115 será a do concurso. Nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) serão feito quatro (4) registros; nas  
116 Unidades de Ponto Atendimentos (UPA) serão realizados dois (2) registros, sendo um início e  
117 outro no fim do plantão. Haverá banco de horas positivo quando o servidor ultrapassar por  
118 consentimento da chefia, e negativo quando ganhará horas para tirar como folga, não haverá  
119 pagamento em provento de horas extras. A compensação das horas deverão ser realizadas no  
120 próprio mês ou no mês subsequente. Os motoristas da SEMUS registrarão o ponto na  
121 secretaria, na garagem em dois registros, um no início e outro no final do trabalho. **ITEM 06 –**  
122 **Comunicação breve/ Informes dos Conselheiros Municipais de Saúde** Alessandro Farias  
123 Pantoja (conselheiro) Problemas de internet nas unidades por causa da instalação do sistema  
124 e-SUS, e mesmo assim os atendimentos continuaram, seja manual ou eletrônico. André Ribeiro



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

125 informou que se encontra disponível no sitio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado os  
126 certificados referente a capacitação ocorrida em novembro de 2015. João Cardoso  
127 Lima(Ubaldo) informou sobre problemas no atendimento de profissional e de gerência na  
128 Unidade Básica de Saúde - UBS Lauridis na área geográfica IV. Relatou mau atendimento e  
129 falta de prioridades. Whisllay Maciel Bastos comunicou da audiência pública na câmara dos  
130 vereadores dia 25 de fevereiro de 2015 para prestação de contas da Secretaria de Saúde, Luiz  
131 Fernando Neinfe convidou os conselheiros para ato de paralisação da saúde em frente ao HGP  
132 as 17 horas em 13/01/2015. A Presidente da FESPE Juliana Bruno informou que estão  
133 publicados editais para residências médicas (Diário Oficial de Palmas) e residências  
134 multiprofissionais: nutrição, odontologia, fisioterapia, serviço social, psicologia (CEULP-  
135 ULBRA). Comunicou ainda que o *Ver-SUS* está na cidade de Palmas com uma equipe grande  
136 de estudantes de todo o país visitando as unidades de saúde. **ITEM 07 –Comunicação breve/**  
137 **Informes dos Conselheiros Locais de Saúde** A senhora Magna, usuária e da população  
138 pediu a fala e fez crítica ao CMS em não cobrar alteração nos valores da tabela SUS e porque  
139 teve problemas em conseguir um exame, que particular custa R\$ 900,00, e a tabela paga  
140 apenas R\$ 25,30. Não há credenciamento para realizá-lo. Já fez denúncia no Ministério público  
141 e descobriu que a própria SEMUS não havia providenciado o registro da consulta dela no  
142 sistema. Ela fez valer o seu direito de voz. Whisllay (conselheiro e secretário SEMUS) pediu  
143 desculpas e que vai procurar solucionar problemas, questionou a usuária que ela não frequenta  
144 as reuniões do CMS para poder dizer que ele é omissos. O presidente respondeu que o CMS  
145 não é omissos e pediu para a senhora Magna usuária do sistema acompanhar com frequência  
146 as reuniões do conselho e verificar as pautas. Não havendo mais o que tratar, encerrou a  
147 reunião às 16:40 que foi relatada por mim Joseane Araújo Franco, segunda secretária da mesa  
148 diretora do conselho Municipal de Saúde.-----  
149 -----